

ANO 1 - Nº 07- AGOSTO 2019



Boletim de Monitoramento das Políticas Públicas



F U N D A Ç Ã O
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

SOBERANIA NACIONAL E INSERÇÃO EXTERNA

FATOS RELEVANTES E MEDIDAS DO GOVERNO

As Primárias Abertas Simultâneas Obrigatórias (Paso) na Argentina ocorreram no dia 11, e a chapa “Frente de Todos”, de Alberto Fernandez e Cristina Fernández, sagou-se vencedora.

Realizou-se nos dias 24 e 25 a reunião anual do G-7, em Biarritz, na França, onde as queimadas na Amazônia fizeram parte da agenda e provocaram fricções entre os presidentes Bolsonaro e Macron.

O ministro de Relações Exteriores, Ernesto Araújo, e o deputado federal Eduardo Bolsonaro se reuniram no dia 30 com o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump.

Estado, democracia e aperfeiçoamento da gestão pública

No dia 5 foi editada a Medida Provisória nº 892, que desobriga as companhias da B3 de divulgarem publicações obrigatórias (como balanços anuais) em jornais de grande circulação. Essas publicações serão feitas exclusivamente no site da CVM e da própria B3.

Foi publicada no dia 21 a portaria nº 424, que traz medidas de corte de despesas para o Ministério da Economia, autarquias e fundações vinculadas. Foram suspensos no exercício de 2019 contratações relacionadas a consultoria, treinamento e capacitação, estágio, terceirizados, aquisições de bens e de mobiliário, obras, softwares e informática, diárias e passagens internacionais, máquinas de café e serviços de telefonia móvel para servidores. Despesas excepcionais deverão ser autorizadas pelo ministro Paulo Guedes.

Estrutura, repartição dos poderes

A Medida Provisória nº 893 foi publicada no dia 19 e transferiu o antigo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), agora Unidade de Inteligência Financeira (UIF), para o Banco Central. Caberá à diretoria colegiada do BC definir regras para os processos administrativos.

No dia 26 o decreto nº 9.989 devolveu à Casa-Civil da Presidência da República as funções que haviam sido perdidas para a Secretaria de Governo, à época do ex-ministro

General Santos Cruz. A Casa-Civil agora pode vetar nomeações a partir de cargos DAS 3.

ANÁLISE CRÍTICA

O resultado da Paso, que deu uma diferença de 15% para a chapa de Alberto Fernández em relação à candidatura de Mauricio Macri, aponta para uma provável vitória na eleição presidencial em outubro.

As queimadas na Amazônia, estimuladas pelas declarações de Bolsonaro em favor do agronegócio, dos garimpos e contra a demarcação de terras indígenas, tornaram-se parte importante da agenda internacional, e as posições do presidente da França, Emanuel Macron, deram margem para a retórica nacionalista do presidente brasileiro, que, no entanto, não ocorre quando se trata das relações submissas ao governo Trump dos Estados Unidos ou quando se tratam das relações econômicas com o exterior que são visivelmente entreguistas.

O mês de agosto trouxe medidas pontuais relacionadas à alteração da estrutura do governo e da gestão. O destaque ficou para a mudança do Coaf, que havia sido mantido no Ministério da Economia pelo Congresso Nacional, e o retorno de prerrogativas para a pasta de Onyx Lorenzoni. Pode-se considerar que ao menos neste tema houve redução no ritmo de desmonte que o governo estava fazendo na estrutura dos ministérios, em especial nos órgãos de participação e controle social, como conselhos e colegiados.

INFRAESTRUTURA ECONÔMICA E SOCIAL

FATOS RELEVANTES E MEDIDAS DO GOVERNO

O governo anunciou um pacote de privatizações de mais nove empresas estatais que devem ser vendidas ainda em 2019. Os ativos a serem negociados são:

Correios - responsáveis pelos serviços postais brasileiros, estão presentes em todos os municípios do país e empregam mais de cem mil pessoas. A empresa registrou uma receita de quase dezenove bilhões de reais em 2018 e lucrou 161 milhões.

Telebras - empresa de telecomunicações que opera serviço de fibra ótica e um satélite, a empresa teve prejuízo de cerca de 225 milhões de reais em 2018, mas atua em um setor estratégico e de risco onde a presença estatal é fundamental.

Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp) - responsável por administrar o Porto de Santos, maior complexo portuário da América Latina, emprega mais de 1.300 pessoas. Teve prejuízo de 468 milhões de reais em 2018.

Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (Ceagesp) - responsável pelo abastecimento e armazenamento de frutas, legumes, verduras, flores e pescados no estado de São Paulo, lucrou 9,1 milhões de reais no último ano.

Empresa de Tecnologia e Informação da Previdência Social (Dataprev) - é uma empresa de tecnologia e informações, responsável, entre outras funções, por operar o pagamento mensal de mais de 34 milhões de benefícios previdenciários. Teve lucro de 150 milhões de reais em 2018.

Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) - é o principal responsável pelos serviços de processamento de dados para o setor público e lucrou 459 milhões de reais em seu último balanço.

Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores (ABGF) - administra fundos como o seguro de crédito à exportação e emprega 58 pessoas, tendo lucrado oito milhões de reais em 2018.

Empresa Gestora de Ativos (Emgea) - gere os ativos da União e de entidades integrantes da administração pública federal, incluindo as carteiras de operações de crédito do governo, e lucrou 396 milhões de reais no último período.

Centro de Excelência em Tecnologia Eletrônica Avançada (Ceitec) - vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, atua no setor de semicondutores, ligado à microeletrônica. Projeta, fabrica e comercializa circuitos integrados e

registrou lucro de 3,1 milhões de reais em 2018.

ANÁLISE CRÍTICA

Desde o início do ano o governo tem alvejado os setores de infraestrutura e logística com uma série de privatizações. Apenas em 2019, a Petrobras, considerada “joia da coroa”, foi abatida com o anúncio de vendas de ativos nas áreas de termelétricas, biocombustíveis, gás, distribuição e refino. Além disso o governo tem intensificado a venda de participações acionárias em setores estratégicos, como o aeroviário, bem como tem acelerado as concessões de aeroportos, portos, rodovias e ferrovias.

O governo insiste em afirmar que as empresas estatais são ineficientes. Entretanto, em 2018, as oito principais estatais federais registraram lucro líquido conjunto de 74,3 bilhões de reais, valor que representa crescimento de 132% em relação a 2017, o melhor resultado em oito anos. Tal desempenho propiciou o pagamento de 7,7 bilhões de reais em dividendos, 37% mais que no ano anterior. Os resultados mais expressivos foram da Petrobras, com lucro líquido de 26,7 bilhões de reais, seguido pelo Banco do Brasil com 15,1 bilhões, pela Eletrobras, com 13,3 bilhões, e pela Caixa, com 10,4 bilhões. Os dados são do *Boletim das Empresas Estatais Federais*.

O enxugamento das empresas estatais leva à redução dos investimentos públicos. De 2016 a 2019 os investimentos executados pelas empresas públicas caíram de 19,6% para 6,7% dos orçamentos dessas companhias. Não há nenhuma garantia de que esses investimentos serão novamente alavancados pelo setor privado, prova disso é que, a despeito das privatizações, em 2019 a taxa de investimentos no Brasil chegou a seu menor patamar nos últimos cinquenta anos.

Além disso, a venda das estatais afeta o nível de empregos de forma direta e indireta. Em 2018 as privatizações provocaram uma redução direta de 13.434 postos de trabalho, os efeitos colaterais indiretos são ainda mais nefastos, a diminuição, por exemplo, das encomendas realizadas pelas empresas estatais tem provocado a quase paralisação dos setores de construção civil e engenharia pesada.

Mais ainda, a queda dos investimentos e do emprego em um cenário econômico já marcado pelo desfalecimento do crescimento provoca diminuição na arrecadação fiscal, desestímulo do avanço tecnológico em setores nos quais a ação inovadora das empresas públicas é decisiva e perda de dinamismo no desenvolvimento regional de locais onde a presença das empresas estatais é fundamental.

Avança o processo de enfraquecimento institucional do Estado brasileiro. Por meio de mais uma Medida Provisória, o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) foi extinto e substituído por um órgão subordinado ao Banco Central que se chamará Unidade de Inteligência Financeira (UIF). O novo órgão de fiscalização do sistema financeiro terá suas regras de funcionamento definidas pela diretoria do BC, bem como as regras para os processos administrativos e os “critérios para a graduação das penalidades” a serem aplicadas pelo órgão.

O Banco Central voltou a vender dólares das reservas internacionais, prática que não ocorria há de dez anos – desde a crise financeira internacional de 2008. Segundo o governo, a medida foi necessária por conta da escassez da moeda americana disponível no mercado de curto prazo para atender a demanda, cujo elevado crescimento no mês de julho resultou da piora do saldo comercial e do maior volume de remessas de lucros e dividendos para o exterior. O déficit em transações correntes no último mês de julho alcançou nove bilhões de dólares, mais do que o dobro do registrado no mesmo mês de 2018 (4,4 bilhões).

No acumulado até meados de agosto de 2019, a saída de recursos estrangeiros da bolsa de valores alcançou 19,6 bilhões de reais, o pior resultado desde o início da série, em 1996.

De acordo com o *Boletim Macroeconômico* divulgado pela Secretaria de Política Econômica do Ministério da Economia, as despesas discricionárias do governo federal sofreram um corte de 24% no primeiro semestre de 2019. Com isso, os investimentos públicos seguem sendo postergados, razão pela qual registram uma queda real de 17,7% quando comparados ao mesmo período do ano anterior.

No dia 23 de agosto foi firmado o acordo de livre comércio entre os países do Mercosul e os do EFTA (Noruega, Suíça, Finlândia e Liechtenstein). A estimativa é que este seja ratificado até meados de 2021. Quando entrar em vigor, serão eliminadas todas as tarifas sobre produtos industrializados oriundos dos países do EFTA, enquanto os produtos agrícolas exportados pelo Mercosul terão suas cotas quantitativas ampliadas.

De acordo com o *Boletim das Estatais* divulgado pelo Ministério da Economia, apenas no primeiro trimestre de 2019 o conjunto das estatais sob o controle do governo

federal registrou um lucro de 71 bilhões de reais, puxado especialmente por Petrobras, Eletrobras e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

O governo anunciou a atualização da lista de estatais a serem privatizadas, totalizando dezessete. Constam da relação empresas de inegável caráter estratégico: a Eletrobras, os Correios, a Casa da Moeda, o Serpro, a Dataprev, entre outras. Para além destas, de acordo com declarações do ministro da Economia, a Petrobras deverá ser privatizada em um segundo momento, a partir de 2022.

De acordo com análise do banco Itaú, a crise na Argentina deve anular os efeitos da liberação do FGTS no PIB. Pelos cálculos dos economistas do banco, a cada 5% de queda na produção industrial do país vizinho, corresponde uma redução de 25% das nossas exportações para a Argentina, o que significa uma perda de 0,2% na taxa de crescimento do PIB brasileiro.

O Senado aprovou no dia 21 de agosto a MP nº 881, conhecida como MP da Liberdade Econômica. Com isso, diversas regulamentações legais que tratavam de ordenar as atividades empresariais (inclusas normas e leis trabalhistas e sanitárias) foram eliminadas ou simplificadas.

Descumpriram o prazo para a entrega da Matriz de Saldos Contábeis (MSC), como exige a Lei de Responsabilidade Fiscal, 18,5% dos municípios brasileiros (1.029 cidades). Com isso, esses municípios estão sendo considerados inadimplentes, o que impede a celebração de convênios com o governo federal e a contratação de operações de crédito. Conseqüentemente, poderá haver bloqueio no fluxo de transferências de recursos que são vitais para diversos programas executados pelos municípios, como o da saúde da família ou da merenda escolar.

O relator da reforma da Previdência no Senado, Tasso Jereissati, apresentou seu parecer na Comissão de Constituição e Justiça, com algumas importantes alterações: eliminação de todos os trechos da PEC que tratavam do Benefício da Prestação Continuada (BPC); supressão do dispositivo que reduzia o valor da pensão por morte, restabelecendo o valor de um salário mínimo como piso; manutenção do tempo mínimo de quinze anos de contribuição para ambos os sexos; cobrança gradual, em cinco anos, das contribuições previdenciárias do agronegócio exportador e das instituições filantrópicas (exceto Santas Casas); inclusão, por meio de PEC paralela, de estados e municípios no projeto de reforma, autorizando-os a adotar as mesmas mudanças em seus regimes próprios de Previdência Social.

De acordo com a Proposta de Lei Orçamentária para o ano de 2020, apresentada

pelo governo em 30/08, todos os ministérios – com exceção do MC&T – terão seus orçamentos reduzidos em relação a 2019. Na proposta do governo, os gastos discricionários totais da união estarão limitados a 89 bilhões de reais em 2020, uma queda anual de 24%. Desse montante, apenas 19,3 bilhões serão destinados a investimentos, o que corresponde a uma redução de 15% em relação ao que deverá ser gasto de 2019 (22,7 bilhões). Será o menor valor para investimentos desde 2007, quando a série teve início.

ANÁLISE CRÍTICA

Apesar da patente falta de dinamismo da atividade econômica do país e da persistência de um quadro de demanda gravemente deprimida, o governo Bolsonaro insiste em sua estratégia de enfrentar a estagnação por meio de estímulos à oferta e absoluto desprezo em relação a qualquer política de apoio à demanda.

Fiéis à ideologia ultraliberal e empenhados na defesa dos interesses rentistas, os membros da equipe econômica de Paulo Guedes oferecem à sociedade brasileira um cardápio ainda mais amargo para 2020, prevendo forte redução dos gastos do governo federal e em especial dos investimentos públicos que deverão representar apenas 0,27% do PIB.

A estratégia, entretanto, para malogro da nação, não corre o risco de dar certo. Como sobejamente demonstram os resultados econômicos dos últimos anos, os sucessivos cortes do investimento público, além de representarem muito pouco em termos fiscais, têm sido acompanhados por quedas análogas dos investimentos do setor privado, a ponto de o país estar registrando nos últimos três anos os menores patamares da taxa de investimento desde 1947.

Como se não bastasse a insistência quase criminoso com a política de austeridade e em especial com os sucessivos cortes dos investimentos públicos, é ainda mais estarrecedora a informação de que o governo pretende utilizar os prováveis 53 bilhões de reais que poderão engordar as receitas da União quando for realizado o leilão do excedente da cessão onerosa do Pré-Sal (previsto para o próximo dia 6 de novembro) apenas e exclusivamente para abater a dívida da União junto ao mercado. Segundo o Secretário Especial do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues, as receitas extraordinárias não deverão abrir espaço para o crescimento das despesas discricionárias, mas servirão para reduzir o déficit primário projetado para 2020 da atual meta de 124 bilhões de reais para cerca de 71 bilhões.

Considerando que o país está mergulhado na pior recuperação pós-recessiva da história, que quase trinta milhões de brasileiros estão desempregados ou subutilizados, que a ociosidade do setor industrial mantém-se no patamar de 25% e que os serviços públicos essenciais estão colapsando, resta à sociedade brasileira lutar, no parlamento e nas ruas, para que as barbaridades irresponsáveis do ministro Paulo Guedes não se realizem.



DIMENSÃO SOCIAL

FATOS RELEVANTES E MEDIDAS DO GOVERNO

Seguridade Social Ampliada

O sarampo volta a assustar o país. No estado de São Paulo foram três mortes e, no Brasil, 1.226 casos confirmados da doença entre maio e agosto. O Ministério da Saúde apresentou no fim do mês estratégias de bloqueio da doença a serem adotadas pelos estados.

Também em agosto ocorreu a 16ª Conferência Nacional de Saúde, em Brasília, com o objetivo de reafirmar a importância do Sistema Único de Saúde (SUS).

Em meio a cortes diversos no orçamento social, o governo anunciou liberação de 31,9 milhões de reais para incentivar ações de alimentação e nutrição nos serviços de atenção primária. Anunciou também liberação de 6,5 milhões para atendimento de urgência à população de Minas Gerais.

No dia 7, a Câmara dos Deputados aprovou, em segundo turno, o texto-base da chamada Nova Previdência. Outro projeto, enviado pela Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, propõe aumento de 30 para 35 anos no tempo de contribuição mínima dos militares.

Direitos Humanos

Entre o final de julho e de agosto, a ministra Damares Alves, do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos (MMFDH), negou 1.381 pedidos de anistia política.

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu manter a atribuição para demarcação de terras indígenas na Fundação Nacional do Índio (Funai), contra desejo do governo federal, por um placar de dez a zero. O STF também derrubou ação do Partido Social Liberal (PSL) que pretendia permitir a detenção de menores que estivessem na rua desacompanhados de pais ou responsáveis.

Na Funai, assumiu como diretora de Proteção Ambiental a advogada Silmara Veiga de Souza. Ela já atuou em escritório de advocacia que questionou demarcação de terras indígenas.

Mesmo em meio ao desmonte de políticas públicas, uma resolução do Conselho Nacional de Direitos da Mulher (CNDM) publicada em agosto confirma a realização da 5ª

Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, marcada para novembro de 2020.

Por outro lado, o Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) denunciou em agosto censura e intervenção governamental no órgão. Os integrantes do conselho nem sequer podem atualizar o portal. O CNDH apresentou no período diversas recomendações em temas importantes, mas, diante desse quadro, a possibilidade de aplicação é praticamente nula.

Sob o prisma do paternalismo e assistencialismo, uma das principais ações do governo no tocante à infância foi o lançamento da campanha Criança não é Brinquedo, que pretende distribuir oitenta mil brinquedos e cartilhas.

Educação, Esportes e Cultura

No dia 7 de agosto, o governo federal propôs remanejamento de três bilhões de reais no orçamento, sendo 926 milhões de reais retirados do Ministério da Educação (MEC). O deslocamento é destinado ao pagamento de emendas parlamentares.

Abraham Weintraub, ministro da Educação, revelou que estuda a expansão do ensino a distância, principalmente no nível superior. Sua ideia é levar a proposta ao Congresso.

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) vive um rombo orçamentário de 330 milhões de reais e deverá suspender, já em setembro, o pagamento da bolsa de 84 mil pesquisadores de todo o país.

Oportunidades Ocupacionais e Renda

A reforma da Previdência, já abordada acima, embora tenha sido abrandada pelo esforço da oposição e da sociedade civil em pontos como a capitalização do sistema, mantém seu potencial negativo de repercutir sobre a sustentabilidade financeira do sistema e sobre os direitos dos trabalhadores aposentados.

Já a chamada minirreforma trabalhista, convertida em lei após a aprovação na Câmara e no Senado da originalmente intitulada MP da Liberdade Econômica – texto vago proposto pelo governo usado de maneira oportunista pelos congressistas – retirou direitos como remuneração extra do trabalho aos domingos.

O desemprego segue alto. Enquanto o governo comemora o discretíssimo aumento de vagas de emprego (aproximadamente 43 mil), a divulgação da Pesquisa Nacional

por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) aponta para o aumento da subutilização (24,6%) e do desalento (4,4%). Aumentou também o número de brasileiros sem registro em carteira e que trabalham por conta própria, que somam quase 36 milhões.

ANÁLISE CRÍTICA

O governo Jair Bolsonaro mantém e aprofunda a abordagem de que a Previdência Social, tal como estruturada, não beneficia os mais pobres. Outro argumento é de que a reforma fará o país crescer. A mesma retórica, já desmentida pelos fatos, usada para aprovar a reforma trabalhista e a Emenda Constitucional 95.

A volta do sarampo, por sua vez, é resultado concreto do desmanche das políticas públicas, motivadas pelos cortes orçamentários promovidos a partir do governo Michel Temer, notadamente com a Emenda Constitucional 95.

Coerente com sua trajetória e sua campanha eleitoral, Jair Bolsonaro despreza em palavras e ataca com medidas os direitos humanos. A edição de duas medidas provisórias com a tentativa de retirar as atribuições da Funai demonstra isso. O cerceamento e inviabilização das atividades do CNDH é outra prova contundente.

No tema da educação superior, o governo ainda não conseguiu emplacar uma agenda positiva. Com o esfriamento do debate sobre o Future-se – tratado na edição de julho deste boletim – emergem novos cortes de gastos. As verbas da educação pública foram usadas como joguete no “toma lá dá cá” com o Congresso.

Este conjunto de medidas aponta não apenas para uma direção já conhecida do governo, que é a precarização do papel do Estado, mas para a associação com atores políticos que atuam em conjunto com o mercado financeiro. Notadamente Elizabeth Guedes, presidenta da Associação Nacional de Universidades Privadas (Anup), que reúne empresas que monopolizam o ramo da educação básica e superior. Elizabeth é irmã do ministro Paulo Guedes.

Agosto também representou a continuidade da aposta econômica do governo para a realidade do trabalho no Brasil. Os índices de subutilização, desalento, de trabalhadores sem registro em carteira e que trabalham por conta própria crescem, enquanto o governo celebra um suposto aumento das taxas de ocupação.

Esse é um resultado prático da reforma trabalhista de Temer e da política econômica decorrente do golpe de 2016, mantido e ampliado pelo atual governo.

Por seu turno, o Congresso Nacional aparenta seguir à risca o receituário adotado pelo governo. A tramitação da reforma da Previdência e da MP da liberdade econômica dão conta de que a agenda ultraneoliberal segue dominante no Parlamento. Esse cenário absolutamente desalentador é intensificado por uma anunciada proposta de reforma sindical.

Neste momento de enorme enfraquecimento da democracia e das relações de trabalho, surge a agenda de revisão da estrutura sindical brasileira, com enfoque, consoante o método deste governo, de enfraquecer as representações trabalhistas.

Os elementos desse processo apontam para o fato de que certamente um governo que já impôs tantas derrotas aos trabalhadores certamente não está efetivamente preocupado com a liberdade e autonomia sindical. O sinal vermelho para o movimento sindical brasileiro já está aceso desde antes da eleição de Bolsonaro, e o ambiente democrático sofre uma ameaça real e incalculável de destruição do sindicalismo brasileiro.

DIMENSÃO AMBIENTAL, AGRÁRIA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

FATOS RELEVANTES E MEDIDAS DO GOVERNO

Em julho de 2019, o Deter do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) detectou 2.254 quilômetros quadrados de desmatamento no Brasil, um aumento de 278% em relação a julho de 2018.

Entre janeiro e agosto de 2019 ocorreram mais de noventa mil focos de incêndio no país, o que corresponde a um aumento de 64% em relação ao mesmo período de 2018. Apenas em agosto foram mais de trinta mil focos, o triplo do ocorrido no mesmo mês do ano anterior. Segundo dados do Programa Queimadas, do Inpe, a Amazônia concentrou 52% destes focos de queimadas neste ano.

As queimadas geralmente são utilizadas para limpar a terra de áreas recém-desmatadas, majoritariamente para prepará-las para atividades econômicas como cultivo agrícola ou pastagem para gado - conforme apontado por estudo do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam). As constatações do Ipam também indicam elevada associação entre municípios desmatadores e ocorrências de queimadas, entre eles Altamira, Porto Velho, Lábrea e São Felix do Xingu.

Em relação ao Fundo Amazônia, com a Noruega adotando o mesmo posicionamento da Alemanha, de bloquear verbas então destinadas para projetos na Amazônia devido ao grande aumento do desmatamento ocorrido no governo Bolsonaro e à extinção de conselhos que fazem a gestão destes recursos, o Fundo Amazônia, na prática, chegou ao seu fim. Os dois países eram responsáveis por 99,5% dos mais de três bilhões de reais já investidos pelo Fundo para a proteção da região nos últimos dez anos.

Além disso, o presidente Jair Bolsonaro e o ministro Ricardo Salles, ao invés de repensar a política ambiental, resolveram criticar a metodologia de mensuração do desmatamento já consolidada pelo Inpe. Nesse sentido, o Ministério do Meio Ambiente prevê a contratação de um sistema de monitoramento privado de uma empresa norte americana, deixando para trás todo o acúmulo do Inpe. O sistema privado chamado Planet já se encontra em teste gratuito dentro do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) com experiências no Mato Grosso e no Pará. Porém, resta saber se a nova operação trata de manipulação dos dados sobre o desmatamento na Amazônia ou se existe real intenção de melhora no sistema de monitoramento.

O Projeto de Lei n.º 3.729/2004, que versa sobre o licenciamento ambiental, sofreu uma reviravolta ao ter um substitutivo apresentado pelo deputado Kim Kataguiri

(DEM-SP). Em nota publicada, um conjunto de ONGs, como WWF, Greenpeace e ISA, repudiou as alterações apresentadas ao considerar que o substitutivo pode prejudicar a qualidade do meio ambiente e acarretar impactos negativos para toda a sociedade.

Em 1 de agosto o Supremo Tribunal Eleitoral (STF) tomou a decisão de manter a responsabilidade da demarcação de terras indígenas no âmbito da Fundação Nacional do Índio (Funai), vinculada ao Ministério da Justiça. A decisão do STF significou uma derrota para o governo Bolsonaro, que, após ter perdido a votação no Congresso Nacional, editou a Medida Provisória 866, em junho deste ano, visando deixar a função da demarcação de terras indígenas para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Quanto à questão agrária, o governo anunciou uma proposta de realizar mutirões para fechar acordos com fazendeiros que questionam desapropriações de suas antigas terras então destinadas para a reforma agrária. A medida ameaça dismantlar a já frágil política de reforma agrária, além de aumentar os conflitos no campo e ir contra a legislação vigente, uma vez que pretende renegociar áreas classificadas como improdutivas que já foram desapropriadas.

ANÁLISE CRÍTICA

O início do governo Bolsonaro foi marcado pelo avanço do desmatamento na Amazônia e por um conjunto de retrocessos na condução da política ambiental brasileira. Em relação ao fim do Fundo Amazônia, observa-se que a postura de Bolsonaro sinaliza que o desmatamento é visto como instrumento desenvolvedor da região e do setor agrícola e mineralógico do país.

Após a declaração norueguesa, o Ministro Ricardo Salles oficialmente declarou a suspensão do Fundo. O principal efeito prático foi o bloqueio de verbas de mais de cem projetos destinados à proteção da Amazônia. Ao contrário do que diz o governo, segundo o qual essa verba iria para ONGs que lucram com a Amazônia, cerca de 60% dos recursos do Fundo eram destinados a instituições governamentais, como o Ibama, para atividades de fiscalização e controle do desmatamento, ao Inpe, para o monitoramento ambiental via satélite, e a diversos governos estaduais e municipais da região em projetos de desenvolvimento sustentável.

Quanto aos incêndios, o presidente Bolsonaro, ao encontrar-se encurralado pela desestruturação da política ambiental brasileira e pelo aumento do desmatamento, declarou que as queimadas estariam sendo feitas por ONGs para chamar atenção internacional

– e como de costume não apresentou nenhuma prova ou evidência a respeito. Na verdade, além dos grandes proprietários de terra da soja e do gado, o aumento das queimadas também pode ser creditado ao cruzar de braços do governo, que reduziu drasticamente o orçamento dos serviços prestados pelo Ibama e pelo ICMBio.

Os retrocessos incluem corte de recursos para estruturação do Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (Prevfogo) e de mais de cinco milhões de reais para fiscalização e combate aos incêndios realizados pela ICMBio. Os cortes orçamentários obrigaram o governo federal a reduzir em quase 25% o total de brigadistas temporários contratados para conter as queimadas.

Quanto ao substitutivo apresentado pelo deputado Kim Kataguiri (DEM-SP) ao Projeto de Lei n.º 3.729/2004, que versa sobre o licenciamento ambiental, merece destaque nota assinada por diversas ONGs ambientais que indicam as seguintes questões: a) exclusão de impactos classificados como “indiretos” do licenciamento ambiental; b) definição do autolicensing como regra para todos os empreendimentos que não causem significativo impacto; c) aplicação de autolicensing também para empreendimentos de significativo impacto, como a ampliação e a pavimentação de rodovias, inclusive na Amazônia; d) permissão para cada estado e município dispensar atividades de licenciamento, abrindo caminho para uma guerra antiambiental entre entes federativos para atrair investimentos; e f) dispensa de licenciamento para atividades agropecuárias.

A decisão do STF de manter a responsabilidade da demarcação de terras indígenas na Fundação Nacional do Índio (Funai), vinculada ao Ministério da Justiça, coloca fim à instabilidade do tema. De qualquer maneira, ao republicar uma medida provisória recusada pelo Parlamento, Bolsonaro mostrou autoritarismo e desconsideração entre os poderes estabelecidos pela Constituição de 1988. Atualmente, 154 territórios indígenas aguardam posicionamento da Funai para demarcação. Em meio aos retrocessos da atual gestão, o resultado da votação do STF foi considerado um passo a favor dos povos indígenas.

Quanto à ideia de fechar acordos com fazendeiros para devolver terras desapropriadas para reforma agrária, o governo pretende viabilizar a proposta por meio da liberação de recursos já depositados em juízo pela União para a compra dos terrenos. Uma das estratégias deverá ser devolver pelo menos uma parcela das terras para os antigos proprietários, reduzindo assim a área destinada para a reforma agrária e pagando uma indenização menor aos antigos donos. Segundo o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) a medida não faz sentido, uma vez que existem cerca de oitenta mil famílias acampadas pelo país, aguardando iniciativas do governo federal.

EXPEDIENTE

De Olho no Governo é um boletim de monitoramento de políticas públicas publicado pela Fundação Perseu Abramo. Diretoria Executiva: Marcio Pochmann (presidente), Isabel dos Anjos Leandro, Rosana Ramos, Artur Henrique da Silva Santos e Joaquim Soriano (diretoras/es). Equipe editorial: Alexandre Guerra; Ana Luíza Matos de Oliveira; António Carlos Carvalho; Eduardo Tadeu Pereira; Fernanda Estima; Isaías Dalle; Kjeld Jakobsen; Jordana Dias Pereira; Luana Forlini; Marcelo Manzano; Matheus Toledo; Paulo C. Ramos; Pedro Simon Camarão; Ronnie Aldrin Silva; Rose Silva; Sérgio Honório; Vilma Bokany; William Nozaki. Edição eletrônica: Camila Roma.



F U N D A Ç Ã O

Perseu Abramo

Partido dos Trabalhadores

Rua Francisco Cruz, 234 - 04117-091

Vila Mariana - São Paulo - SP

www.fpabramo.org.br